

## Verba para capacitar portuários deve cair ainda mais este ano

**PORTUÁRIOS.** Fundo do Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo deverá arrecadar mais R\$ 264 milhões neste ano

# Verba para capacitação deve cair para 1,5% do valor arrecadado em 2024

» A Marinha do Brasil pretende mudar o status da verba arrecadada pelo Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo. Atualmente, esse recurso tem caráter discricionário. Isso significa que ele entra no caixa único e não é 'carimbado'. Ou seja, ele pode ser usado ou não para o fim que motivou sua arrecadação. Ontem, a Marinha afirmou que "vem buscando classificar o Ensino Profissional Marítimo como despesa obrigatória relacionada na Lei de Diretrizes Orçamentárias". Sem o caráter discricionário atual, essa verba ficaria "livre da concorrência com as demais despesas da Força Naval, bem como das limitações de execução ao longo dos exercícios financeiros". A projeção da Marinha é que o investimento na capacitação dos portuários represente apenas 1,21% do que será arrecadado em 2024.

Conforme informação exclusiva publicada no último domingo pelo Diário do Litoral, o Fundo fechou 2023 com um patrimônio líquido de R\$ 660,9 milhões. Só em juros e encargos sobre empréstimos concedidos, o Fundo que deveria capacitar trabalhadores avulsos dos portos faturou R\$ 56,8 milhões em 2023. No primeiro trimestre de 2024, essa rubrica rendeu mais R\$ 17,7 milhões. Toda essa verba é administrada pelo Comando da Marinha e os dados constam do Balanço Patrimonial elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Porém, segundo o presidente da patronal Federação Nacional dos Operadores Portuários (Fenop), Sérgio Aquino, apenas 4% do que o Fundo arrecada acaba sendo investido, efetivamente, na capacitação dos portuários avulsos.

Aquino também considerou que essa "baixa aplicação é grave problema do setor portuário" e também propôs "o direcionamento de recursos de treinamentos para o Sistema SEST/SENAT".

As críticas foram feitas durante audiência pública realizada em maio pela Comissão de Juristas para Revisão Legal da Exploração de Portos e Instalações Portuárias foi formalmente criada por iniciativa do presidente da Câmara dos Deputados (Ceportos). O anteprojeto com as conclusões do Ceportos foi formalmente ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP/AL), no início deste mês. Entre outras propostas, o documento sugere o fim de quatro categorias nos portos brasileiros: conferentes de carga e descarga, consertadores, trabalhadores de bloco e vigias portuários.

Outra sugestão que afeta os trabalhadores avulsos é o fim da exclusividade do Órgão Gestor de Mão de Obra (OGMO) na escala dos portuários e a possibilidade de terceirização dos serviços hoje executados por estivadores e demais categorias de avulsos. Essas mudanças enfrentam a resistência dos portuários, que já realizaram uma greve de advertência de 12 horas, além de manifestações em vários portos brasileiros durante o mês de outubro.

**LEI ORÇAMENTÁRIA.** A Marinha do Brasil informou ontem que "a Lei Orçamentária Anual do ano de 2023



Fundo fechou 2023 com um patrimônio líquido de R\$ 660,9 milhões. Só em juros e encargos, faturou R\$ 56,8 milhões

para o Fundo do Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo previa uma receita de aproximadamente R\$ 200 milhões". Porém, "foi arrecadado cerca de R\$ 235 milhões". A Força Naval informou ainda que "para o ano de 2024, as receitas previstas na Lei Orçamentária orbitam na casa de R\$ 264 milhões". Segundo o Centro de Comunicação Social da Marinha, "no ano de 2023, foram empregados na capacitação de trabalhadores portuários avulsos o valor de R\$3.064.856,00. Para o ano de 2024, estima-se um investimento de cerca R\$3,2 milhões". Tal valor corresponde à arrecadação total do Fundo.

**Verba é administrada pelo Comando da Marinha e os dados constam do Balanço Patrimonial elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional**

Para este ano, o Programa do Ensino Profissional Marítimo para os Portuários (PREPOM) previa a realização de 121 cursos e 36 treinamentos "ostensivos". A programação previa a oferta de 1.852 vagas.

Aprovado em dezembro do ano passado pelo vice-almirante Sérgio Renato Berra Salgueirinho, o PREPOM define que "o Ensino Profissional Marítimo para Portuários tem, como premissa básica, a formação e qualificação profissional do trabalhador portuário avulso, habilitando-o para o exercício das atividades referentes à operação portuária".

Para os trabalhadores de cais santista, a projeção era

de 25 cursos ao longo de 2024, a serem ministrados pelo OGMO Santos. No total, seriam 570 vagas disponíveis. E uma das exigências é que os interessados na capacitação tenham ao menos dez anos de registro ou cadastro atestado pelo OGMO.

Dentre os cursos projetados para Santos em 2024, 15 versam sobre segurança e saúde no trabalho portuário (CESSTP), três são dirigidos a interessados em operar tratores e pás carregadeiras (COTPC), três à operação de empilhadeiras de pequeno porte (COEPP) e outros três ao trabalho com escavadeira hidráulica (COEH). (Nilson Regalado)

### Fique ligado

#### Recursos vêm de taxas pagas por empresas

Os R\$ 264 milhões que deverão ser arrecadados neste ano pelo Fundo são compostos, em parte, por contribuições da iniciativa privada. O valor compreende as contribuições sociais das empresas de navegação marítima, lacustre e fluvial; de dragagem; de captura de pescado; de serviços de manutenção e reparo de embarcações; de administração e exploração de portos e de serviços portuários. Além disso, o caixa do Fundo também é formado pela arrecadação da cota-parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM). A remuneração das disponibilidades financeiras do Fundo na Conta Única do Tesouro (CTU), as inscrições em cursos do Ensino Profissional Marítimo (EPM) e a venda de publicações e periódicos também compõem as receitas do Fundo. Os portuários contribuem com apenas um percentual do total arrecadado das contribuições sociais. Mas, a Força Naval contextualiza afirmando que "a despeito de haver uma elevada arrecadação de recursos, a Marinha somente consegue alocar uma pequena parcela dessas receitas, uma vez que as despesas do EPM concorrem com as demais despesas discricionárias do Governo Federal". Ainda de acordo com o Centro de Comunicação Social da Marinha: "A título de exemplo, em 2023 foram arrecadados R\$ 235 milhões pelo Fundo e somente cerca de R\$ 48 milhões puderam ser destinados ao EPM". Ainda assim, R\$3.064.856,00 foram efetivamente empregados na capacitação de trabalhadores portuários avulsos em 2023. Para o ano de 2024, estima-se um investimento de cerca R\$3,2 milhões. (Nilson Regalado)

## Verba 'carimbada' pode ser a solução para financiar o treinamento

» A chamada despesa obrigatória é a essência das chamadas verbas "carimbadas", que não podem ser usadas para outro fim senão aquele que motivou sua arrecadação. Em outras palavras, elas não iriam para o caixa único

do Governo Federal. Assim, não ficariam sujeitas a contingenciamentos, ou cortes de gastos, para garantir o equilíbrio das contas públicas.

Especialistas em administração pública também

entendem que a discricionariedade, que confere ao governante plenos poderes para manejar o recurso público como achar conveniente, reduz a transparência e a impessoalidade na destinação das verbas governamentais.

Um exemplo de 'dinheiro carimbado' são os recursos repassados pelo Governo do Estado às estâncias turísticas, a chamada verba Dade, que só podem ser usadas para fomentar atividades relacionadas ao turismo e investimentos no setor.

Desde a semana passada, o Diário do Litoral espera o posicionamento do deputado federal Paulo Alexandre Barbosa (PSDB) a respeito do baixo investimento na capacitação dos portuários. Paulo Alexandre é fundador da Frente Parlamentar Mista de Portos e Aeroportos. Instaurada na Câmara dos Deputados em abril de 2023, mas, consultado pela reportagem, se calou. (Nilson Regalado)

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Litoral - Baixada Santista/SP

**Seção:** Cidades **Caderno:** A **Página:** 4